

Cinema Documental

Licenciatura, 1º Ciclo

Plano: R/A-Ef 645/2011/AL02

Ficha da Unidade Curricular: Legislação Audiovisual

ECTS: 4; Horas - Totais: 108.0, Contacto e Tipologia, TP:45.0; OT:3.0;

Ano|Semestre: 2|S1; Ramo: Tronco comum;

Tipo: Obrigatória; Interação: Presencial; Código: 817715

Área Científica: Ciências Sociais e Humanas

Docente Responsável

Paula Almeida

Professor Adjunto

Docente e horas de contacto

Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques

Assistente Convidado, TP: 45; OT: 3;

Objetivos de Aprendizagem

Os estudantes devem ficar sensibilizados para a resolução de problemas técnico-jurídicos inerentes ao quotidiano da sua atividade profissional, através da minuciosa análise dos diplomas legislativos e da realização de casos práticos, essenciais para a experimentação dos enunciados teóricos.

Objetivos de Aprendizagem (detalhado)

Os alunos devem adquirir conhecimento da existência de políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual e de acordos e protocolos de coprodução; devem adquirir uma noção de cinema documental e ser capazes de identificar a sua relação com o jornalismo narrativo; devem ser capazes de pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual; devem conhecer o regime jurídico da Televisão e devem saber interpretar e aplicar ao setor do cinema e do audiovisual, os regimes jurídicos dos direitos de autor e direitos conexos e da publicidade, bem como identificar comportamentos violadores das regras aí estabelecidas.

Conteúdos Programáticos

1. Noções fundamentais de direito;
2. Políticas internacionais de incentivo ao cinema e ao audiovisual;
3. O cinema documental e a legislação nacional - o regime jurídico português;
4. A televisão e a rádio - regimes jurídicos;
5. A tutela de direitos - direitos de autor e de publicidade.

Conteúdos Programáticos (detalhado)**CAPÍTULO I****NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO – 7T**

1. Noção de Direito e suas funções
2. Norma Jurídica. Características.
3. Sanções Jurídicas
4. Fontes do Direito

5. Relação Jurídica
6. Direitos Fundamentais e direitos de personalidade
7. Órgãos do Estado
8. Tipos de diplomas legislativos
9. Órgãos, funcionamento e legislação da União Europeia

CAPÍTULO II

POLÍTICAS INTERNACIONAIS DE INCENTIVO AO CINEMA E AO AUDIOVISUAL – 7T

1. O papel do Observatório Europeu do Audiovisual
2. O programa de apoio ao setor audiovisual europeu (Europa Criativa)
3. EuroImages;
4. European Film Promotion;
5. Ibermedia
6. Acordos de Coprodução Cinematográfica (análise dos mais relevantes)

CAPÍTULO III

O CINEMA DOCUMENTAL E A LEGISLAÇÃO NACIONAL – O REGIME JURÍDICO PORTUGUÊS – 10T

1. Lei Orgânica do Instituto do Cinema e do Audiovisual
2. O Conselho Nacional de Cultura
3. Protocolos de Coprodução Cinematográfico
4. Lei do Cinema e respetivo regulamento
 - 4.1. Objetivos
 - 4.2. Programas de apoio
4. Sistema de Gestão e Controlo de bilheteiras

CAPÍTULO IV

A TUTELA DE DIREITOS – DIREITOS DE AUTOR E PUBLICIDADE – 15T

1. Considerações terminológicas gerais
2. Direitos de Autor – a utilização da obra
 - 2.1. Contrato de produção de obra cinematográfica
 - 2.2. Contrato de fixação fonográfica e videográfica
 - 2.3. Contrato de radiodifusão e outros processos de reprodução de sinais, sons e imagens
3. Direitos Conexos
 - 3.1. Direitos dos produtores de fonogramas e videogramas
 - 3.2. Direitos de organismos de radiodifusão
4. Responsabilidade Civil, Penal e contraordenacional por violações dos Direitos de Autor, seus Direitos Conexos.
5. Publicidade
 - 5.1. Princípio gerais
 - 5.2. No cinema
 - 5.3. Na televisão

CAPÍTULO V

A TELEVISÃO – REGIME JURÍDICO – 6T

1. Considerações conceptuais gerais
2. Análise da legislação estruturante deste regime jurídico
 - 2.1. Lei da Televisão
 - 2.2. Modelo de financiamento do Serviço Público de Radiodifusão e Televisão

Metodologias de avaliação

A avaliação contínua será feita através da realização de duas frequências (45%+45%) e da participação oral dos alunos nas aulas (10%). Ficarão “Aprovado” e, por isso, “Dispensado de Exame” o aluno que no conjunto dos elementos de avaliação obtiver a média de 10 (dez) valores.

Os alunos que não obtiverem a média de 10 (dez) valores, serão “Admitidos a Exame”.

Em Exame e Exame de Recurso, que consistirão em provas escritas, serão considerados “Aprovados” os alunos que obtiverem nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

Software utilizado em aula

Estágio

Não aplicável.

Bibliografia recomendada

- Coletânea de Legislação fornecida pela Docente.
- Arons Carvalho, A. e Pedro, J. (2012), *Direito da Comunicação Social*, Lisboa, Texto Editores
- Correia Brito, L. (2005), *Direito da Comunicação Social* (Vol. I e II), Coimbra, Almedina
- Condesso, F. (2007), *Direito da Comunicação Social – Lições*, Coimbra, Almedina

Coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos

Os conteúdos programáticos abrangem temáticas de enquadramento teórico, o que permite concretizar o objetivo de introduzir os alunos nas questões jurídicas relativas ao campo da legislação do cinema. Serão privilegiadas questões concretas, nomeadamente as políticas de incentivo ao cinema a nível internacional e os apoios e incentivos nacionais, a tutela dos direitos de autor, e a publicidade. Os temas selecionados visam preparar os alunos para pesquisar, identificar e aplicar a multiplicidade de normas jurídicas aplicáveis ao setor do cinema e audiovisual.

Metodologias de ensino

Aulas teóricas de exposição e de aplicação.

Coerência das metodologias de ensino com os objetivos

As metodologias adotadas permitem estabelecer a ponte entre a teoria e a prática através da identificação de diferentes questões jurídicas, do ponto de vista teórico, seguindo-se a análise de casos concretos e a determinação da solução jurídica de acordo com a respetiva legislação aplicável.

Língua de ensino

Português

Pré-requisitos

Não aplicável.

Programas Opcionais recomendados

Não aplicável.

Observações

Docente Responsável

Paula Alexandra da
Cruz Silva Pina de
Almeida

Assinado de forma digital por Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida
DN: c=PT, st=Santarém, l=Tomar, o=Instituto Politécnico de Tomar, ou=Unidade Departamental de Ciências Sociais, cn=Paula Alexandra da Cruz Silva Pina de Almeida
Dados: 2018.09.24 10:49:27 +01'00'

Cláudia Liliana Sousa
Rosa Henriques

Assinado de forma digital por Cláudia Liliana Sousa Rosa Henriques
Dados: 2018.09.20 19:38:07 +01'00'

Diretor de Curso, Comissão de Curso



Conselho Técnico-Científico

